

TEORIA, DICAS E
EXERCÍCIOS

PROCON-RJ

PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Agente de Proteção e Defesa do Consumidor

- *Língua Portuguesa*
- *Redação Discursiva*
- *Raciocínio Lógico*
- *Direito do Consumidor*
- *Direito Administrativo*
- *Tecnologia da Informação (On-line)*



Conteúdo de acordo
com o Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas

Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro

PROCON-RJ

Agente de Proteção e Defesa do Consumidor

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Agente de Proteção e Defesa do Consumidor de acordo com o Edital nº 01/2026, do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro PROCON-RJ*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da *banca IDECAN*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Tecnologia da Informação disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	11
■ MODOS DE ORGANIZAÇÃO TEXTUAL	14
NARRAÇÃO	14
DESCRIÇÃO	15
DISSERTAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO	16
■ USO DE OPERADORES ARGUMENTATIVOS.....	16
■ COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAL	20
■ INTERTEXTUALIDADE	25
PARÁFRASE	26
■ GÊNEROS TEXTUAIS	28
TEXTOS CIENTÍFICOS	28
TEXTOS PUBLICITÁRIOS	28
■ REDAÇÃO TÉCNICA	28
■ REDAÇÃO DE TEXTOS ADMINISTRATIVOS E PROTOCOLARES.....	29
■ NÍVEIS DE LINGUAGEM	29
A Norma Culta	29
■ USO E ADEQUAÇÃO DA LÍNGUA À SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO	31
■ VALOR SEMÂNTICO E EMPREGO DOS CONECTIVOS.....	31
■ ESTRUTURA DA FRASE: ORDEM DIRETA E INDIRETA DA ESTRUTURA FRASAL	31
■ SEMÂNTICA.....	32
SIGNIFICADO DAS PALAVRAS E ADEQUAÇÃO VOCABULAR	32
■ PARÁGRAFO E TÓPICO FRASAL	35
■ PARALELISMO RÍTMICO	35
■ PARALELISMO SINTÁTICO E SEMÂNTICO	38
■ CONCISÃO	39

■ COESÃO: ARTICULAÇÃO SINTÁTICA DO TEXTO.....	39
Repetições Intencionais	43
■ FIGURAS DE PALAVRAS, CONSTRUÇÃO E PENSAMENTO	44
Pleonasmo	44
Anacoluto	45
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	48
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	48
■ PONTUAÇÃO	50
■ EMPREGO DAS CLASSES GRAMATICAIS	53
FLEXÕES NOMINAIS	54
Emprego das Formas de Tratamento	60
ORDEM DE COLOCAÇÃO	63
Posição do Pronome Átono e Sintaxe de Colocação: Deslocamento e Valor Semântico-Gramatical	63
FLEXÃO VERBAL.....	63
Locuções Verbais e Tempos Compostos.....	64
Verbos Regulares, Irregulares, Defectivos e Anômalos.....	65
Vozes Verbais.....	66
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	70
PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO (VALORES SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS).....	77
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	81
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	83
■ CRASE	89
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	91
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	111
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	111
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	139
■ LÓGICA, PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS.....	139
PREDICADOS	141

Quantificadores.....	142
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	147
■ CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS.....	157
■ NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS E SUAS OPERAÇÕES.....	166
■ PROPORCIONALIDADE DIRETA E INVERSA.....	172
PORCENTAGEM.....	176
■ MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, VOLUME, MASSA E TEMPO.....	178
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	179
DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.....	180
■ COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DA LÓGICA DAS SITUAÇÕES: FORMAÇÃO DE CONCEITOS; DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS.....	180
RACIOCÍNIO VERBAL.....	180
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO.....	180
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	181
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	181
■ COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS.....	181
DIREITO DO CONSUMIDOR.....	185
■ LEI Nº 8.078/90.....	185
CARACTERÍSTICAS, NATUREZA E FONTE DE SUAS REGRAS.....	185
INTEGRANTES E OBJETO DA RELAÇÃO DE CONSUMO.....	185
Conceito de Consumidor, Fornecedor e Princípios do Código de Defesa do Consumidor.....	185
POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÃO DE CONSUMO: OBJETIVOS E PRINCÍPIOS.....	187
DIREITOS BÁSICOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR.....	188
QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS.....	190
Proteção à Saúde e Segurança.....	190
Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço.....	191
Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço.....	192
Decadência e Prescrição.....	195
Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	195

PRÁTICAS COMERCIAIS: OFERTA E EFEITO VINCULANTE DA OFERTA PUBLICITÁRIA.....	196
Publicidade.....	197
Práticas Abusivas	198
Cobrança de Dívidas	199
Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores	200
PROTEÇÃO CONTRATUAL E PRINCÍPIOS BASILARES DOS CONTRATOS DE CONSUMO.....	200
Cláusulas Abusivas.....	201
Contratos de Adesão	202
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	205
INFRAÇÕES PENAIS	206
SUJEITOS ATIVO E PASSIVO DOS CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO E AÇÕES COLETIVAS PARA A DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	213
AS RELAÇÕES DE CONSUMO COMO BEM JURÍDICO PENAL	218
CÓDIGO PENAL E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR	219
SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	221
MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA.....	223
DELEGACIA DO CONSUMIDOR	224
PROCON	225
ASSOCIAÇÕES CIVIS DE DEFESA DO CONSUMIDOR	227
PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR	228
■ LEI Nº 14.181/2021 (LEI DE SUPERENDIVIDAMENTO).....	229
■ LEI ESTADUAL Nº 5.738/2010 (CRIAÇÃO DA AUTARQUIA PROCON-RJ)	233
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	239
■ CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	239
REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	239
CONCEITO	240
■ PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	242
■ NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	245
CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	246
CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	250
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	254

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	255
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	266
USO E ABUSO DO PODER.....	267
HIERÁRQUICO.....	267
DISCIPLINAR.....	268
REGULAMENTAR	269
PODER DE POLÍCIA E LIMITAÇÕES.....	270
■ ATO ADMINISTRATIVO	272
CONCEITO	272
REQUISITOS.....	273
ATRIBUTOS	273
CLASSIFICAÇÃO	273
ESPÉCIES	275
■ AGENTES PÚBLICOS	276
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS	276
SERVIDOR PÚBLICO: CONCEITO, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO E DISPOSIÇÕES DOUTRINÁRIAS	279
CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	280
Conceito.....	280
■ ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO DO RIO DE JANEIRO (DECRETO-LEI Nº 220/1975 E SEU REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979)	281
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO	306
■ ÉTICA NO SERVIÇO E SETOR PÚBLICO.....	309
ÉTICA E MORAL	310
ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES	312
ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA	314
ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA.....	316
■ LEI Nº 14.133/2021.....	317
■ LEI ESTADUAL Nº 6.007/2011	370
■ LEI ESTADUAL Nº 5.427/2009.....	372

■ DECRETO ESTADUAL Nº 43.400/2012	378
■ LEI ESTADUAL Nº 5.738/2010	382

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

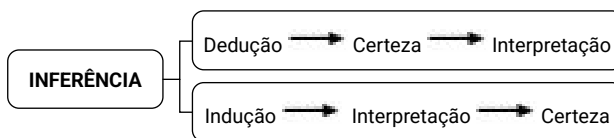
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA, PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\veebar$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

DIREITO DO CONSUMIDOR

LEI Nº 8.078/90

CARACTERÍSTICAS, NATUREZA E FONTE DE SUAS REGRAS

A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabeleceu as regras de proteção ao consumidor.

Sua edição foi necessária porque, até a promulgação da Constituição Federal, de 1988 (CF, de 1988), os adquirentes de produtos e serviços não possuíam normas próprias, tendo que fundamentar a defesa de seus direitos no antigo Código Civil (CC), de 1916, e nas seguintes legislações:

- Decreto nº 869, de 1938 (Lei de Crimes Contra a Economia Popular);
- Decreto-Lei nº 22.626, de 1943 (Lei da Usura).

Com a CF, de 1988, a defesa do consumidor adquiriu um novo patamar. Ao mesmo tempo em que a defesa do consumidor passou a ser tida como um direito fundamental, tornou-se, também, um princípio da ordem econômica.

Para tanto, foi o próprio legislador constituinte que determinou a elaboração de um código para a defesa do consumidor.

Assim, o Congresso Nacional elaborou a Lei nº 8.078, de 1990, e deu efetividade ao comando constitucional para inaugurar um novo microsistema de proteção.

Dica

A Súmula nº 297, do Superior Tribunal de Justiça, dispõe o seguinte: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às **instituições financeiras**”.

O CDC é uma norma relativamente enxuta, composta por 119 artigos estruturados em seis títulos. Em concursos públicos, a cobrança do CDC envolve, basicamente, os tópicos conceituais, as hipóteses de aplicabilidade e a própria letra da lei (legislação “seca”).

Antes de iniciar o estudo, no entanto, é preciso ter em mente que, para melhor compreender a legislação, é primordial entender sua estrutura e identificar as suas ideias mais importantes.

Por essa razão, é extremamente importante ler o texto de lei e tentar compreender os pontos mais importantes dos artigos, sem precisar, contudo, decorá-los.

INTEGRANTES E OBJETO DA RELAÇÃO DE CONSUMO

Conceito de Consumidor, Fornecedor e Princípios do Código de Defesa do Consumidor

Os direitos do consumidor compreendem o primeiro título do CDC. Eles se encontram disciplinados do art. 1º ao art. 60. Vejamos cada um deles:

Art. 1º *O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.*

O art. 1º, do CDC, reporta-se a **três dispositivos constitucionais**.

A primeira proteção pode ser encontrada no inciso XXXII, art. 5º, da CF, de 1988¹, isto é, no Título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”. Assim sendo, a proteção ao consumidor constitui um dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Como consequência, a defesa do consumidor promovida por meio do Estado é uma das denominadas cláusulas pétreas. Trata-se, portanto, de matéria que não pode ser objeto de modificação por meio de qualquer proposta de emenda constitucional tendente a abolir ou esvaziar a defesa dos direitos do consumidor.

A segunda proteção encontra-se no art. 170, da CF, de 1988², de modo que a defesa do consumidor constitui um dos princípios pelo qual a ordem econômica brasileira é estabelecida.

Assim, a defesa do consumidor é princípio de ação política do Estado brasileiro, uma vez que legitima a adoção de políticas protetivas para o consumidor.

Como consequência, o Estado poderá intervir na ordem econômica fundamentado na defesa e interesses dos consumidores.

Por fim, o art. 48, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu o prazo de 120 dias da promulgação da CF, de 1988, para que o Congresso Nacional elaborasse o Código de Defesa do Consumidor. Trata-se, portanto, de uma resposta legal protetiva.

Embora a CF, de 1988, tenha estabelecido o prazo para a elaboração do CDC, observa-se que o prazo temporal estabelecido pelo legislador constituinte não foi observado, uma vez que o código foi promulgado em 11 de setembro de 1990 e sua entrada em vigor ocorreu em 11 de março de 1991.

Além de se reportar a esses dispositivos constitucionais, o art. 1º, do CDC, estabelece que as normas de proteção ao consumidor são de **ordem pública e interesse social**.

Assim, são normas cogentes (obrigatórias), que não podem ser afastadas ou modificadas pela vontade das partes e que, ao mesmo tempo em que buscam trazer equilíbrio na relação jurídica, equalizam a diferença entre consumidor e fornecedor.

Em síntese, o CDC estabelece normas que vão regular os contratos de consumo e limitar a autonomia da vontade, além de impossibilitar a renúncia

¹ **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

² **Art. 170** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] V - defesa do consumidor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

O regime jurídico pode ser definido como o conjunto de normas que irá orientar uma determinada relação jurídica. Vejamos dois exemplos para que, desde já, seja possível ter em mente que esse conjunto de normas poderá variar de acordo com a situação.

O primeiro exemplo seria um desentendimento entre você e seu vizinho devido a uma construção irregular que ultrapassa o limite de direito de um e invade o do outro. Em outro cenário, imagine que você é flagrado por uma viatura policial ao avançar um sinal vermelho em alta velocidade. Note que, embora seja possível discutir a defesa de direitos em ambos os casos, as normas aplicáveis a cada situação não são as mesmas. No primeiro exemplo, há uma relação de igualdade entre as partes, o que não ocorre no segundo caso.

Para começar a entender o regime jurídico-administrativo, ou seja, o regime jurídico ao qual se submete a Administração Pública quando da sua atuação, deveremos entender dois princípios chamados pela doutrina em direito administrativo de *supra* princípios:

- supremacia do interesse público;
- indisponibilidade do interesse público.

Com base na supremacia do interesse público, serão criadas prerrogativas para protegê-lo diante do interesse particular. Exemplo: presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos.

Já a indisponibilidade do interesse público irá impor restrições ao uso da coisa pública, também com intuito de proteção: inalienabilidade condicionada dos bens públicos.

É importante ressaltar que a Administração Pública nem sempre atuará sob esse regime jurídico-administrativo, apesar de essa ser a regra. Haverá situações em que a Administração Pública atuará de igual para igual com o particular, estando sujeita a um regime de direito privado.

Portanto, dito isso, vamos organizar essa parte do raciocínio:

- **Regime jurídico de direito público:** conceito restrito (regime jurídico-administrativo);
- **Regime jurídico de direito privado.**

Personalidade Jurídica do Estado

No âmbito jurídico, o conceito de personalidade tem relação direta com a pessoa. Dessa forma, o nascimento com vida proporciona à pessoa sua personalidade.

De acordo com as doutrinas e os estudiosos, a personalidade deve ser entendida como um atributo ou qualidade inerente a **todo** ser humano.

Contudo, o âmbito jurídico não se limita a conceder personalidade às pessoas físicas: há, também, a concessão da personalidade às pessoas jurídicas. É justamente a esse ponto que deve haver atenção.

As pessoas jurídicas podem ter personalidade jurídica de direito privado ou personalidade jurídica de direito público.

A personalidade jurídica de direito público está relacionada às entidades públicas que adquirem personalidade no momento de sua criação, mediante lei. São consideradas de âmbito público porque têm a finalidade de desenvolver e proteger interesses públicos, coletivos e voltados para a sociedade à qual pertencem.

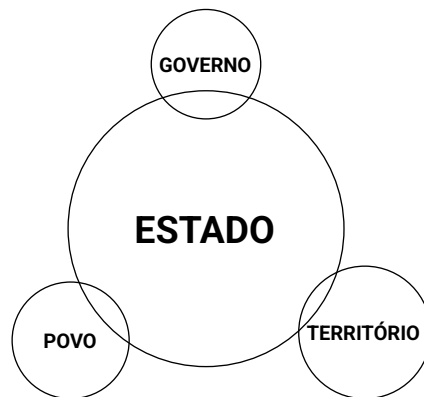
No caso das personalidades jurídicas de direito privado, podem ter relação com a Administração Pública, mas há o envolvimento de interesses particulares nessas instituições. Não adquirem a personalidade quando da sua criação, mas, sim, a partir do seu **registro**.

Nesse cenário, é importante frisar que os entes federativos — formados pela União, estados, Distrito Federal e municípios — são detentores de personalidade jurídica de direito público interno, ou seja, dispõem de uma série de prerrogativas processuais, o que permite que atuem como autores e réus em ações processuais.

No caso do Estado, entendendo essa pessoa jurídica como sendo a **República Federativa do Brasil**, vale ressaltar que é um ente dotado de personalidade, reconhecido na ordem externa (internacional) e no âmbito interno (supremacia).

Além disso, angariados à personalidade jurídica do Estado, temos que ter atenção aos elementos que o constituem, quais sejam:

- povo;
- território;
- governo soberano.



- **Povo:** pode ser definido como o conjunto de pessoas situadas em um dado espaço terrestre. Não se confunde com o conceito de nação. Inclusive, para muitos doutrinadores o conceito de povo não se encontra relacionado com nacionalidade, cultura ou aspectos sociais. É comum aparecer em provas a seguinte classificação: “conjunto social com atributos étnicos ou culturais”. Neste caso, está se referindo a nação;

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO